

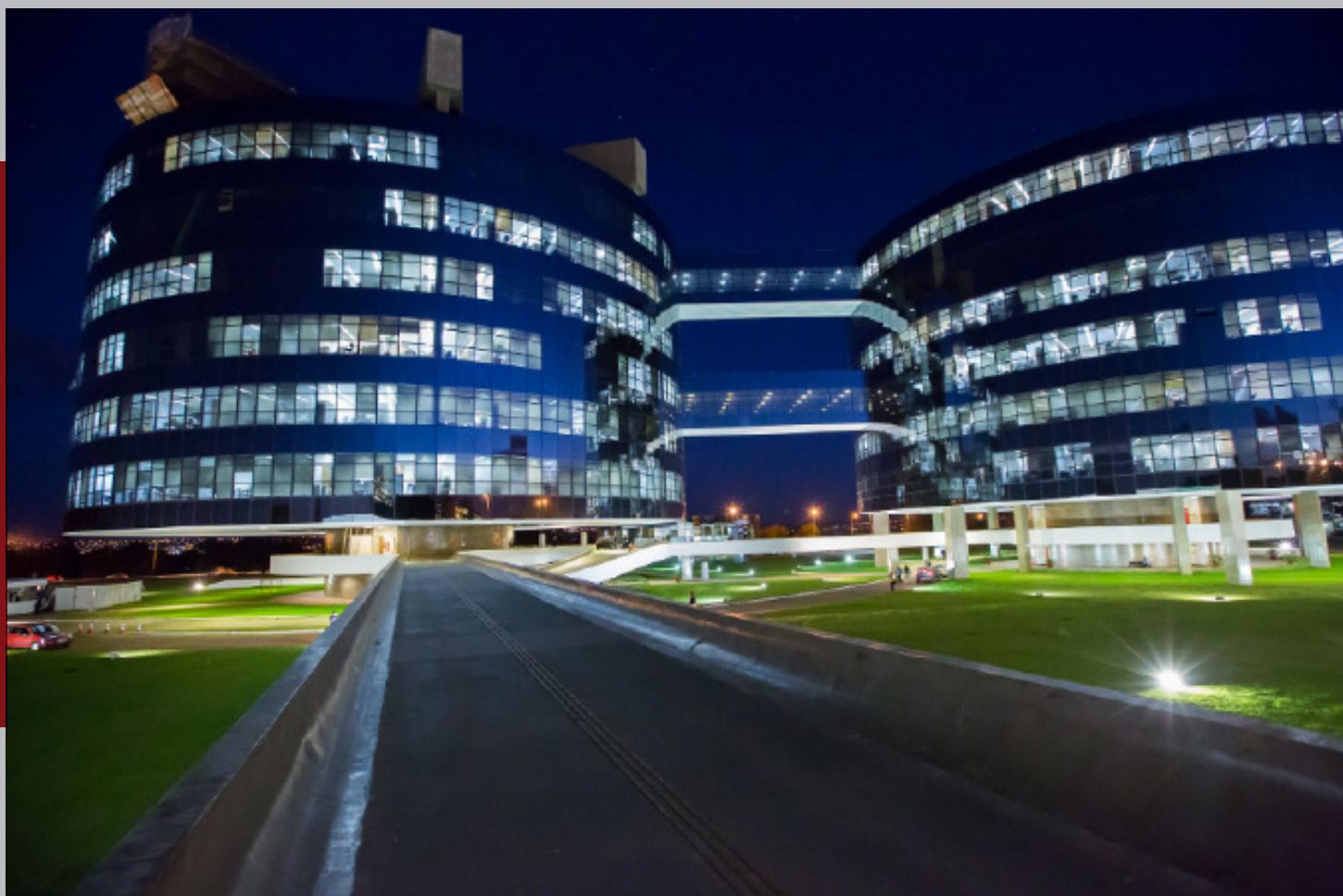
ANO IV - 2015

EDIÇÃO nº 79

9 de OUTUBRO

Boletim

da 2ª CCR



2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal

MEMBROS TITULARES

José Bonifácio Borges de Andrada (Coordenador)
Raquel Elias Ferreira Dodge
José Adonis Callou de Araújo Sá

MEMBROS SUPLENTE

Brasilino Pereira dos Santos
Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho
José Osterno Campos de Araújo

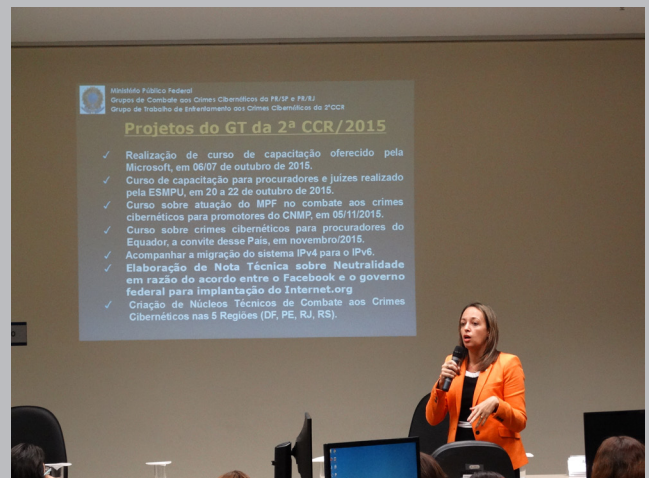
Atuação dos Grupos de Trabalhos

Especialistas debatem combate aos crimes cibernéticos em seminário na capital paulista

O Grupo de Trabalho sobre Enfrentamento aos Crimes Cibernéticos, vinculado à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, realizou nos dias 6 e 7 de outubro o seminário "Técnicas Investigativas nos Crimes Cibernéticos - A possibilidade de parceria público-privada". O evento ocorreu na sede da Procuradoria da República em São Paulo, sendo diferenciado pela inédita parceria com uma empresa privada, a Microsoft.

O seminário foi coordenado pela Procuradora Regional da República Adriana Scordamaglia e reuniu profissionais do Direito e da Tecnologia da Informação para discutir o combate às atividades cibernéticas criminosas, incluindo temas como privacidade, Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), normas internacionais, ferramentas de segurança e cooperação entre países. Palestrantes americanos trocaram conhecimento e experiências com os participantes pelo Skype.

Na abertura, Adriana Scordamaglia enfatizou que o evento se propôs a difundir práticas exitosas e agregar conhecimentos relativos à matéria. "Se não houver cooperação na esfera público-privada, não alcançaremos importantes resultados. Trabalhar em conjunto é a melhor solução", sustentou.



Criminalidade – Em sua exposição, a coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Enfrentamento aos Crimes Cibernéticos, Procuradora Regional da República Neide Cardoso de Oliveira, traçou um histórico das atribuições do MPF e dos acordos firmados nesse campo visando à busca de provas para a identificação do criminoso. O estado de São Paulo inaugurou, em 2003, a criação de grupos especializados na repressão aos crimes cibernéticos, seguido pelo Rio de Janeiro em 2006. O objetivo era combater o aumento da criminalidade, incentivado pela insegurança da rede.

Na apresentação, a procuradora também destacou as perspectivas que envolvem oficinas sobre o uso ético da internet. A atividade integra o projeto nacional "Ministério Público pela Educação Digital nas Escolas", promovido pelo MPF em parceria com a organização não governamental SaferNet e o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). A iniciativa já percorreu os estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais. Ceará irá receber a oficina este mês. "Além de palestras para os educadores, entregamos materiais pedagógicos para introdução do assunto em sala de aula. A prevenção é o melhor caminho a seguir na conscientização das pessoas", resumiu, acrescentando que outra medida a ser pleiteada pelo grupo será a criação dos núcleos técnicos nas unidades do MPF.

Veja [aqui](#) a íntegra da notícia.

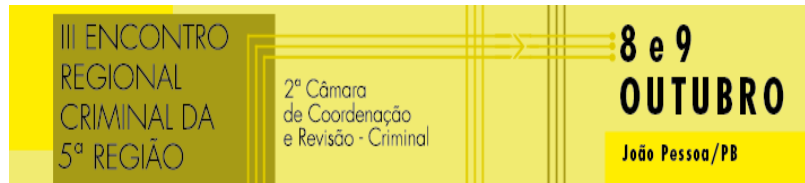
EVENTOS

2ª Câmara realizou o III Encontro Regional da 5ª Região

Nos dias 8 e 9 de outubro a 2ª Câmara realizou em João Pessoa/PB o III Encontro Regional Criminal da 5ª Região que reuniu membros lotados na Procuradoria Regional da República da 5ª Região e nas Procuradorias da República nos estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Em 2014,

o encontro criminal da 5ª Região foi realizado em Fortaleza/CE nos dias 8 e 9 de maio, ocasião em que foram definidas prioridades em matéria criminal, a serem consolidadas este ano. Os encontros regionais criminais consistem em estratégia de integração e estão inseridos na política criminal do MPF.

Veja [aqui](#) a Programação do Evento



Estão abertas as inscrições para o XV Encontro Nacional da 2ª Câmara

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF) realiza nos dias 25 a 27 de novembro o XV Encontro Nacional, que terá como tema "A Eficiência da Função Criminal". O evento ocorrerá em Brasília (DF), no Hotel Windsor Plaza, com início às 14h do dia 25 e

encerramento previsto para às 13h do dia 27 de novembro. O colegiado oferece 80 vagas, com prioridade para os coordenadores criminais, integrantes de grupos de trabalho e membros com atuação na área criminal. Interessados devem encaminhar, até às 18h do dia 9 de outubro, as inscrições para o endereço eletrônico PGR-Eventos2accr@mpf.mp.br, sob o título "Inscrição - XV

Encontro Nacional da 2ª Câmara". O encontro constitui relevante oportunidade de promover a integração dos membros, definir as prioridades da atuação institucional e buscar soluções para as principais dificuldades enfrentadas no desempenho da função criminal.

Informações adicionais podem ser obtidas pelos telefones (61) 3105-6119/6036/6338.

Sessões de Coordenação e Revisão

No último dia 5, ocorreram a 103ª Sessão de Coordenação e a 630 Sessão de Revisão. Estiveram presentes o Coordenador, o Subprocurador-Geral da República José Bonifácio

Borges de Andrada os membros titulares, Subprocuradora-Geral Raquel Elias Ferreira Dodge e o Subprocurador-Geral José Adonis Callou de Araújo Sá, os membros suplentes,

Subprocuradores-Gerais Brasilino Pereira dos Santos e Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho e o Procurador Regional da República José Osterno Campos de Araújo.

2ª Câmara aprova novo enunciado

No último dia 5, na 103ª Sessão de Coordenação da 2ª Câmara, foi aprovado novo enunciado sobre a atipicidade da conduta quanto ao ato de não depositar os valores do FGTS na conta vinculada do empregado. O texto aprovado pelo Colegiado é o seguinte:

"O simples ato, por si só, de não depositar os valores referentes ao FGTS na conta vinculada do empregado é conduta atípica na esfera penal"

O enunciado foi sugerido pelo Grupo de Trabalho

sobre Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal, em reunião ocorrida no dia 6 de agosto de 2015, em Brasília.

Precedentes:

1.20.002.000120/2014-52, VOTO Nº 7535/2014, JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA;
- 1.29.000.003659/2014-58, VOTO Nº 5849/2015, RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE;
- IPL Nº DPF/PI-00029/2014-IPL, VOTO Nº 2185/2015, JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ;
- 1.34.003.000344/2014-69, VOTO Nº 515/2015, JULIANO BAIOCCHI VILLA-VERDE DE CARVALHO;
- 1.26.003.000111/2012-76, VOTO Nº 2047/2015, JOSÉ OSTERNO CAMPOS DE ARAÚJO;

Veja [aqui](#) todos os enunciados da 2ª CCR

Entre os julgados da 2ª Câmara na 630ª Sessão de Revisão, merecem destaque os seguintes entendimentos:

Tráfico de drogas. Confissão, local da apreensão e quantidade. Fortes indícios da transnacionalidade da conduta. Atribuição do Ministério Público Federal.

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 6525/2015

E s t e l i o n a t o previdenciário. Prescrição, ausência de dolo no saque de até 3 benefícios e ausência de autoria. Possibilidades admitidas para o arquivamento liminar.

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 6114/2015

Apelações da acusação e da defesa. Apresentação de contrarrazões e parecer (custus legis) por membros distintos da PRR-3ª Região.

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 6399/2015

Infração ambiental. Deixar de proceder ao cadastramento no sistema de Cadastro Técnico Federal. Infração de natureza administrativa (arts. 76 e 80, Decreto nº 6.514/08). Atipicidade penal.

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 6299/2015

Crime ambiental. Danos verificados em área de proteção ambiental instituída por Decreto Federal. Interesse direto da União. Atribuição do Ministério Público

Federal.

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 6379/2015

Indícios de crime de atribuição do MPF. Arquivamento prematuro. Necessidade de exaurimento das diligências capazes de esclarecer o ocorrido.

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 6426/2015 e [aqui](#) o Voto nº 6414

Falsidade ideológica e sonegação fiscal. Ausência de dupla imputação. Autonomia das condutas. Princípio da consunção. Inaplicabilidade.

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 6400/2015

Contrabando de mercadorias falsificadas. Princípio da insignificância. Impossibilidade.

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 4327/2015

F i n a n c i a m e n t o fraudulento para reforma de edificação comercial/industrial. Contrato de mútuo com finalidade certa. Crime contra o sistema financeiro nacional.

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 6292/2015

Crime contra a honra de Presidente da República. Delito de ação penal pública condicionada. Não homologação do arquivamento. Remessa dos autos ao Ministro da Justiça.

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 6381/2015

Pagamento de salário “por fora” a empregado. Crime de sonegação

de contribuição previdenciária. Crédito tributário reconhecido judicialmente em sentença trabalhista. Desnecessária realização de outro lançamento pela autoridade administrativa tributária.

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 6539/2015

Falsificação documental para recebimento de indenizações do DPVAT. Prejuízo suportado pelas sociedades seguradoras conveniadas. Ausência de atribuição do Ministério Público Federal.

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 6223 /2015

Fraude em arrematação judicial. Não pagamento do lance ofertado em hasta pública. Ausentes as elementares do tipo penal. Ilícito de natureza civil. Sanção aplicada pelo Juízo da causa.

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 5947 /2015

Falta de registro em CTPS quanto à projeção do período de aviso prévio. Ausência do recolhimento das contribuições em razão do não pagamento de verbas trabalhistas na época própria. Mera infração administrativa. Atipicidade penal.

Veja [aqui](#) a íntegra do Voto nº 5971 /2015